

Artigo elaborado a partir de debates e experiências que envolvem as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe e no projeto "Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos (FRAGURB)".

Apoio/Support: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2018/07701-8).

¹ Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Asa Norte, 70297-400, Brasília, DF, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: J. SOBREIRO FILHO. E-mail: <jose.sobreiro@unb.br>

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo, SP, Brasil.

³ Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geoprocessamento. Ananindeua, PA, Brasil.

Como citar este artigo
How to cite this article

Sobreiro Filho, J.; Lima, E. F. O.; Couto, D. C. C. "Não contavam com a minha astúcia": entre as guerras indiretas, as guerras híbridas e as políticas contenciosas nas redes sociais. *Pós-Limiar*, v. 5, e225636, 2022. <https://doi.org/10.24220/2595-9557v5e2022a5636>

Recebido em 8/2/2022, reapresentado em 11/3/2022 e aprovado em 29/3/2022.

"NÃO CONTAVAM COM A MINHA ASTÚCIA": ENTRE AS GUERRAS INDIRETAS, AS GUERRAS HÍBRIDAS E AS POLÍTICAS CONTENCIOSAS NAS REDES SOCIAIS

"THEY DID NOT COUNT ON MY CLEVERNESS": BETWEEN PROXY WARS, THE HYBRID WARS AND CONTENTIOUS POLITICS IN THE SOCIAL NETWORKS

José Sobreiro Filho¹

ORCID ID: [0000-0002-4323-1314](https://orcid.org/0000-0002-4323-1314)

Emilly Firmino Oliveira de Lima²

ORCID ID: [0000-0002-9565-9515](https://orcid.org/0000-0002-9565-9515)

Danielle Costa Carrara Couto³

ORCID ID: [0000-0003-3810-1686](https://orcid.org/0000-0003-3810-1686)

RESUMO

Enquadradas como guerras de Novo Tempo ou de Quarta-Geração, as Guerras Híbridas são um tipo de conflito que tem sido cada vez mais estudado devido ao seu caráter de inovação em relação aos outros formatos e gerações de guerras. Marcadas pela incerteza, assimetria e não linearidade, elas se estruturam em um campo no qual as conectividades proporcionadas, especialmente pela Internet, apontam a necessidade de contestar e superar a crença de que as redes sociais seriam um hiato ou autônomas em relação ao espaço. Visto isso e a relação entre território, circulação de informações e o desenvolvimento das guerras indiretas, o presente artigo pretende refletir o fenômeno das guerras indiretas e o desenvolvimento das políticas contenciosas que, via os movimentos socioterritoriais de esquerda, adquirem caráter subversivo. Para isso, este artigo foi dividido em três tópicos diferentes, abordando em primeiro lugar o contexto que permite a existência da Guerra Híbrida e o que a justifica; no segundo momento, o desenvolvimento das políticas contenciosas; e, no terceiro, tem como objetivo provocar a análise sobre estes conflitos em transformação.

Palavras-chave

Guerras Indiretas. Movimentos Socioterritoriais. Política Contenciosa. Território.

ABSTRACT

Described as New times or Fourth generation wars, Hybrid wars are a type of war being studied more and more due to their innovative character in relation to other formats and generations of conflict. Marked by uncertainty, asymmetry, and non-linearity, they are structured in a field where the connectivity provided, especially by the Internet, points to the need to contest and overcome the belief that social networks would be a

hiatus or autonomous with regard to space. Given this and the relationship between territory, circulation of information, and the development of indirect wars, this article intends to discuss the phenomenon of indirect wars and the development of contentious politics that, via left-wing socio-territorial movements, have acquired a subversive character. To this end, this article has been divided into three different topics, firstly addressing the context that allows for the existence of the Hybrid war and what justifies it; secondly, the development of controversial policies; and thirdly, it aims to encourage debate on these new models of war in transformation.

Keywords

Hybrid War. Socio-territorial Movements. Contentious Politics. Territory.

INTRODUÇÃO

A complexa e irrevogável marcha que os meios de circulação impõem ao espaço acompanha generosas doses de inovação. Outrora, Santos (2008) e Castells (2000, 2003) nos alertaram de que o desprezo à técnica e tecnologia não se destinava aos cientistas desafiados ao entendimento da sociedade e do espaço. As conectividades proporcionadas, especialmente, pela Internet permitiram a realização de feitos incríveis. Embora notável, certa carestia analítica ainda povoa a Geografia na criação de uma agenda, de metodologias e nas análises dos atributos políticos dispostos nas mídias sociais, traço que ainda traduz sua condição de dependência na produção do conhecimento.

Apesar de recorrente na ciência das fronteiras, esta ciência de origem nobre e colonial permanece incipiente na análise das políticas contenciosas em redes. Ao que se destina a análise das conflitualidades relacionadas ao capitalismo-colonialismo, ao racismo e ao patriarcado, as redes sociais muitas vezes ainda parecem ser tratadas com hiatos ou autonomia em relação ao espaço. Um delírio evidentemente contestado pelos novos formatos de disputas territoriais relacionados às revoluções coloridas e no qual as guerras indiretas apresentam a indissociabilidade entre território e circulação de informações.

As Guerras Híbridas, enquadradas como de Novo Tempo ou de Quarta-Geração, são ainda mais curiosas quando remontamos ao pensamento milenar de Sun Tzu (2006) sobre o mérito das guerras indiretas, consideradas uma das formas mais eficazes de combater o inimigo sem o enfrentamento direto. Mesmo pretérito às guerras não convencionais atuais, Sun Tzu resumiu um dos pontos fundamentais que torna tão poderosa a estratégia militar que opera a Guerra Híbrida na contemporaneidade. Pois, ao invés de confrontar o alvo diretamente em seu próprio território, os conflitos se dão através do uso de meios de comunicação, de guerra psicológica, da identificação de um ponto-chave que mobilize uma parcela significativa da sociedade e, a partir dela, seja capaz de desestabilizar o inimigo. Evita-se em toda a sua estratégia qualquer tipo de ação direta, movimentação eleita apenas diante do esgotamento e incapacidade de desestabilizar o alvo, colocando assim a necessidade do confronto armado oficial.

Mas não se encerra em si. Aos poucos, nos territórios do Estado-Nação ou nos territórios relacionais, as guerras e disputas indiretas avançam ganhando redes e lugares, apresentando apetite para a ampliação de sua racionalidade, permeando, cada vez mais, as relações cotidianas. Em face, interessa-nos uma porção mais específica destas relações: as contra-hegemônicas. Tratamos das políticas contenciosas que constroem e se apropriam de estratégias que, de algum modo, subvertem as estruturas de circulação de informações. Isso decorre do fato de o conflito ser uma potência imperecível das relações socioespaciais.

Há, sem dúvida, uma agenda enorme a ser explorada na Geografia. Mas o que nos coloca em movimento é tentar avançar minimamente no entendimento sobre até que ponto o conflito mediado e direcionado pelas redes sociais esconde um interesse mais profundo sobre a dissociação da *práxis* política através de uma transferência de energias e interações para a utopia do “ciberespaço” em uma sociedade confusa e em uma realidade confusamente percebida (Santos, 2001). É fundamental tomar nota de que as redes sociais são, em sua maioria, ferramentas mercadológicas e não espaços com a finalidade original da socialização política ou pensados para o conflito. É inegável a sua condição de depositária de informações/interações contenciosas nas últimas décadas.

Seriam as redes sociais espaços apropriados ou preparados para “fazer política contenciosa”? É possível “não fazer”? Quais são “convenientes”? Quais as possibilidades e suas representações? Questões curiosas e cujas respostas despontam a imprescindibilidade da leitura sobre a subversão das redes sociais pelas racionalidades contra-hegemônicas. Isso significa dizer que as formas de políticas contenciosas também buscam se apropriar, e disputar, da produção e difusão de informações através das redes sociais.

As potencialidades das interações permitiram não somente uma outra forma de dar continuidade à política e às guerras, mas também, até certa medida, promoveram fissuras no monopólio da formação da opinião pública por meio da subversão de ferramentas mercadológicas. Qualidade e quantidade amplificam seus confrontos em diferentes redes sociais devotadas a intencionalidades específicas, mesmo que complementares nas ações. Embora alguns acreditem, a Internet não se trata de um simulacro político, mas de novas velocidades, capacidades de interação etc., e, sobretudo, informação e comunicação. Alguns destes pontos parecem turvos para alguns analistas, porém são inteligíveis para alguns sujeitos, porque a política nunca deixou de “estar aí” na ordem do dia, mas assumiu uma dinâmica diferente.

GUERRAS INDIRETAS EM TRANSFORMAÇÃO

Contexto geopolítico e teorias militares: a guerra e suas gerações

O prussiano Carl Von Clausewitz (1790-1831), militar e teórico, tem no seu legado um dos mais complexos conceitos de guerra. Em sua obra “Da Guerra”, de 1832, construiu definições sobre o desenvolvimento das guerras que se consolidaram nas bases do conhecimento científico. “A guerra é a continuação da política por outros meios”, assertiva, largamente difundida para apontar a relação entre guerra e política, já que são entendimentos conectados, assim como serve à compreensão das ações políticas como um todo.

As formulações deixadas por Clausewitz chamam a atenção pela definição sistemática, assim como em relação ao contingenciamento político, social e histórico. Para ele, o entendimento da guerra passa pela compressão da conjuntura específica em que se desenvolve, já que ela se comporta como um “[...] verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado” (Clausewitz, 2018, p. 75):

A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos fazem uma guerra, mas pode ser formada uma imagem dela como um todo, imaginando-se um par de lutadores. Cada um deles tenta, através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. O seu propósito imediato é derrubar o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência.

A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.

A força, para opor-se à força oponente, mune-se de invenções da arte e da ciência. Existem certas limitações auto-impostas e imperceptíveis, vinculadas à força, que mal merecem ser mencionadas, conhecidas como legislação e costumes internacionais, mas elas pouco a enfraquecem. A força - isto é, a força física, porque a força moral não possui existência a não ser como expresso no Estado e na legislação - constitui assim o meio de que dispõe a guerra. Impor a nossa vontade ao inimigo constitui o seu propósito. Para atingir aquele propósito devemos fazer com que o inimigo fique impotente e este é, em tese, o verdadeiro intuito da guerra. Este intuito toma o lugar do propósito, descartando-o como algo que na realidade não é parte da guerra propriamente dita (Clausewitz, 2018, p.75).

Em suas reflexões, Clausewitz nos provoca para o fato de que o desenvolvimento da guerra pode ir por dois caminhos gerais: a guerra real e a guerra absoluta. Por guerra absoluta, pode-se afirmar aquela de violência pura, em que “[...] um extremo é caracterizado por um choque de forças que opera livremente e não obedece a nenhuma lei a não ser suas próprias” (Passos, 2005, p. 13). Para Clausewitz (2018), este tipo de guerra pode ser considerada uma “fantasia lógica”, por se desenvolver na congruência dos extremos. Ela se desenha em torno da manifestação da violência extrema sem que a política apareça enquanto elemento moderador de sua intensidade. Logo, na guerra absoluta, a política não é atuante como mediadora.

Entretanto, em sua forma real, a guerra não se desenvolve como um ato isolado; ela se realiza dentro de um contexto e em torno de uma série de eventos prévios que a levam enquanto consequência. É assim que se desenvolve a definição de guerra real de Clausewitz; pode-se entendê-la como aquela que contempla as múltiplas situações e obstáculos colocados pela sociedade. Na guerra real, “[...] a tensão referente aos elementos em luta, durante o tempo em que as hostilidades se desenrolaram, tem a sua energia descarregada em choques menores, descontínuos. Ou seja, não se aproxima da feição de um choque único que envolve toda a energia dos elementos em luta” (Passos, 2005, p. 14).

Outra contribuição relevante de Clausewitz trata-se da relação entre as guerras e a política, uma vez que a política permeia todo o raciocínio beligerante. Dessa forma, a análise da guerra está diretamente ligada à política, considerando-se também que a guerra é uma ação política específica. Não se pode deixar de considerar que essa ação se desenvolve em torno de uma série de outros elementos emocionais e ideológicos – como valores, religião etc. – que, unidos, levam não apenas à atuação do Estado, mas também à construção de um fator determinante que leva os sujeitos que compõem o exército ou os grupos de milícia que se envolvem na guerra a se colocar em ação para o desenvolvimento dela.

Alfred T. Mahan (1890) e Halford Mackinder (2004) demonstraram, através do estudo e análise da geopolítica e da guerra (terrestre e marítima), como as reflexões sobre as “repartições” do mundo (*Heartland* e *Rimland*) se desenvolvem também de acordo com os ciclos do capital. As alterações que ocorrem nos espaços e territórios têm uma relação intrínseca com as necessidades sociais e uma relação direta com as manifestações de poder que ocorrem neles. Podemos ir um pouco mais longe e, associando-se ao pensamento de Clausewitz (2018, p. 75) de que a guerra é um “camaleão” que se adapta à conjuntura, afirmar que a forma que as guerras acontecem também estão relacionadas aos ciclos do capital em que está inserida.

Isso pressupõe formas diferenciadas de guerras. Segundo dados apresentados no II Congresso Internacional do OBSERVARE (ACTAS), da Universidade Autónoma de Lisboa, podemos identificar quatro principais gerações de guerras que podem ser identificadas a partir de elementos gerais (Quadro 1):

Quadro 1 – Guerras por Geração.

Guerras	Elementos gerais
1ª Geração	Não convencionais, desenvolvida entre atores não estatais através de ramos, atirador e em formato de linhas/colunas. Caracterizam-se pelo combate organizado, no qual há ampla utilização do princípio da massa. De acordo com a Marinha Portuguesa, essas guerras iniciaram-se com o Tratado de Vestefália (1648), que deu fim à Guerra dos Trinta Anos, e estabeleceu os princípios do Estado-Nação e da Soberania Estatal. A partir deste momento, a guerra passou a ser um monopólio do Estado-Nação, caracterizando-se por enfrentamentos de exércitos numerosos. É possível ver sua manifestação mais emblemática através das guerras napoleônicas.
2ª Geração	Desenvolvem-se de forma não convencional e por atirador, mas são impulsionadas por atores estatais e têm por caracterização o desenvolvimento em conjunto e a concentração de fogo. A segunda geração surgiu em consequência do aumento do poder de fogo das armas, “[...] bem como do seu alcance, precisão e frequência de tiro” (Academia da Marinha, 2021). Conforme Lind (1989), a transição das guerras de primeira para a de segunda geração tem influência direta das consequências da Revolução Industrial, que realizou avanços tecnológicos e aperfeiçoamento dos equipamentos bélicos. Embora o exemplo mais paradigmático tenha sido a Grande Guerra de 1914-18, teve como primeiro marco oficial a Guerra Civil Americana (1861-1865) e engloba o conjunto de guerras que se desenvolveram até os marcos da I Guerra Mundial.
3ª Geração	Diferenciam-se das anteriores por se desenvolverem com base nas manobras de movimento, rompendo com a lógica da guerra estática. Caracterizam-se pela velocidade, surpresa e conquista de objetivos na retaguarda do inimigo através da profundidade, elemento inexistente nas gerações anteriores (Clasen et al., 2020, p. 4). Em seu desenvolvimento se destacam o uso de blindados, a aviação e tropas paraquedistas. A II Guerra Mundial foi seu expoente máximo, mas continuam sendo executadas mesmo após o surgimento das guerras de 4ª geração, como ocorreu em 2003, na fase inicial da Guerra do Golfo.
4ª Geração	Desenvolveram-se de forma irregular e através de múltiplos atores. Tendo como um dos principais marcos do seu desenvolvimento o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, nestas o confronto entre as partes não se desenvolve necessariamente em um campo de batalha físico. Segundo a Academia da Marinha Portuguesa (2021), elas se caracterizam por um esbatimento das fronteiras entre a guerra e a paz, e por um regresso à conflitualidade típica da era pré-moderna, com o Estado-Nação a perder o monopólio da ação militar, devido ao envolvimento de atores não estatais. É neste contexto que surgem a participação e a promoção do desenvolvimento de grupos de guerrilha, grupos insurgentes, terroristas etc. Assim, os exércitos convencionais passam cada vez mais a enfrentar atores não estatais que possuem táticas de combate próprias e não convencionais

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base em informações do II Congresso Internacional do OBSERVARE (ACTAS).

Embora complexa, esta sistematização é limitada aos últimos cinco séculos da história ocidental. O recorte temporal secundariza, inclusive, o fato de que a guerra também é anterior à política, causando incompreensões e superficialidades na afirmação de Clausewitz de que a “a guerra é a continuação da política por outros meios”, já que, antes disso, a guerra “é sobretudo parte da existência do homem” (Clausewitz, 2018, p.149) e precede aos primeiros marcos do desenvolvimento das civilizações.

Outra crítica relevante é o destaque ao domínio terrestre em detrimento dos componentes naval e aéreo. Da mesma forma, ao tratar com atenção as guerras irregulares apenas a partir das guerras de quarta geração, há

uma desvalorização das manifestações de guerras irregulares ao longo da história. Diante disso, cabe a nós questionar se estamos realmente enfrentando uma mudança total e radical na forma de conduzir a guerra ou trata-se, na verdade, da consequência de uma evolução gradual da guerrilha combinada com um outro cenário de uso da tecnologia e elementos psicológicos?

Esses questionamentos povoam leituras e reflexões em torno das guerras de quarta geração. A necessidade de teorizá-las tem atraído acadêmicos que, na tentativa de compreendê-las, caracterizam-nas por nomenclaturas como "guerras não convencionais" ou "guerras irregulares"; "guerras assimétricas" (teorizado, entre outros, por Johan Galtung e Andrew Mack); "guerras não lineares" (designação utilizada por teóricos militares russos); "guerra sem limites" (defendida pelos coronéis chineses Qiao Liang e Wang Xiangsu); "nova guerra" (empregue por Mary Kaldor, no livro *New and Old Wars*, de 1999); "guerras híbridas" (sugerida por Frank Hoffmann e Andrew Korybko). Embora com nomenclaturas diferentes, trata-se de um mesmo tema e momento histórico, mas trazem em cada uma delas olhares, reflexões e afirmações diferentes sobre o momento que vivemos.

As guerras se modificaram e se adaptaram às necessidades e interesses sociais, econômicos, políticos e tecnológicos de seus tempos. A atualidade é marcada pela rápida absorção das tecnologias emergentes, que tem poder relevante nos rumos delas e também no sucesso ou insucesso de seus autores. Nas guerras de quarta geração, a necessidade deste desenvolvimento tecnológico ganha um outro e mais profundo tom:

A Guerra de Quarta Geração exige muito mais inteligência, análise e maior capacidade de disseminação para servir a um sistema de comando altamente flexível. Ela engloba elementos de gerações de guerra anteriores; tal fato exige que nossas forças estejam preparadas para lidar com mais esse aspecto. Nesse sentido, é fundamental que os líderes façam uma análise apurada da guerra que estão prestes a entrar. Essa complexa mistura de gerações de guerras e a sobreposição de suas arenas políticas, econômicas, sociais, militares e de meios de massa dificultam, mais do que nunca, a determinação do tipo de guerra que estamos entrando (Hammes, 2016, p. 1).

No artigo "*Marine Corps Gazette*", Lind et al. (1989) foram alguns dos autores que previram as guerras de quarta geração. Ao refletir sobre o desenvolvimento delas, apontaram que ocorrem de forma mais fluida que as anteriores, assim como são mais descentralizadas e assimétricas. Para o Comandante Nuno Sardinha Monteiro (2017)], em seu artigo "Guerras de Quarta Geração", o caráter dos conflitos está sempre a evoluir e a mudar. Esse é um dos aspectos mais curiosos da quarta geração; afinal, possuem características peculiares, que reciclam velhas técnicas ao mesmo tempo que evidenciam novas particularidades.

Guerras Híbridas: guerras indiretas em transformação

A Geopolítica e as Guerras Híbridas estão relacionadas à política externa estadunidense contemporânea. Isso se dá porque esse tipo de planejamento de guerra vem sendo desenvolvido, por exemplo, pelos EUA como forma de desestabilizar e derrubar governos para garantir seus interesses no mundo. Como é descrita por Andrew Korybko (2015, 2018), a guerra híbrida diz respeito à combinação de revoluções coloridas e guerras não convencionais como forma de alinhar Estados e sociedades aos interesses da política de segurança e defesa norte-americanas.

Classificada com uma guerra de quarta geração, a guerra híbrida é o novo modelo de intervenção político-militar do século XXI. Um dos marcos desta estratégia aconteceu na Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional em 2014. Desde então, tem sido analisada e observada

através de conflitos que demonstram um *modus operandi* que também pode ser facilmente identificado no Oriente Médio e na América Latina.

Tratando-se da geopolítica, existem dois caminhos teóricos iniciais que são conflitantes, mas, quando combinados, ajudam a compreender como se desenvolve parte desse pensamento na política estadunidense: propostos por Alfred Thayer Mahan (1890) e de Halford Mackinder (2004). O primeiro conduziu e influenciou as bases da política estadunidense atual. Em "A influência do poder marítimo na história" (1980), apontou o papel que a estratégia naval tem para a influência mundial. Em sua abordagem, "o controle estratégico de certas áreas do mar pode ser traduzido em controle e influência em outras regiões" (Korybko, 2018, p. 19). Já o segundo tem como foco o poder terrestre. Na publicação "O pivô geográfico da história" (1904), o autor afirma que o controle do mundo se dá através do domínio do *heartland*. Assim, o controle desta área seria condição necessária para o controle da "ilha-mundo", a Eurásia.

Além de Mahan (1890) e Mackinder (2004), o conceito dos balcãs eurasiáticos desenvolvido por Brzezinski (1997) foi o ápice do pensamento geopolítico estadunidense. Ele é responsável por combinar esses dois pensamentos geopolíticos iniciais ao legado também deixado por Spykman e Cohen como forma de permitir a hegemonia estadunidense sobre a Rússia, desestabilizando-a. A partir desta união, seus estudos juntam conceitos capazes de fazer uso do caos dirigido, tornando-se complementares.

Um outro fator a considerar a respeito das Guerras Híbridas são as teorias militares que a constituem. Criado pelo coronel das Forças Armadas John Warden (1995), que defende a guerra como um sistema interconectado, a compressão do conceito dos cinco anéis é estratégica para refletir sobre a forma como estas guerras se desenvolvem. Segundo ele, existem cinco centros de gravidades principais que podem manter o alvo adversário unido: forças armadas em campo, população, infraestrutura, bases do sistema e liderança.

De forma breve, de acordo com Warden (1995), é possível compreender o conceito dos anéis através de cinco afirmações: (1) Quanto mais próximo do núcleo, mais poderoso e reverberante será o ataque realizado; (2) Nas guerras não convencionais, as forças combatentes visam atacar cada um desses anéis, podendo ou não haver uma prioridade entre os três anéis ao centro (infraestrutura, bases do sistema e liderança); (3) No caso das revoluções coloridas, os anéis se modificam em dois tipos de modelos: sociedade e sujeitos. (4) As revoluções coloridas giram em torno de aspectos subjetivos dos sujeitos. Assim, "cada revolução colorida deve primeiramente reunir dados acerca da sua demografia alvo e, então, de acordo com ela, vender seu peixe para o círculo-núcleo mais vulnerável" (Korybko, 2018, p. 30).

Uma base relevante ao desenvolvimento das guerras de novo tempo é a Teoria do Caos. Descrita por Steve Mann (1992), é a síntese da guerra de quarta geração a partir do momento que a estratégia de ação de guerra tira proveito do que aparentemente é imprevisível, por meio da atuação por meio de uma dinâmica não linear. A partir de ações de propaganda, são distribuídas para a população informações tendenciosas, que são repetidas até que a crença nelas desperte uma motivação abstrata que leve a movimentações supostamente espontâneas. Nessa movimentação é executado o ciclo OODA (Observar, Orientar-se, Decidir e Agir).

A imprevisibilidade inerente à abordagem indireta dribla o ciclo OODA do alvo desorientando-o, debilitando assim sua capacidade de tomar as decisões certas e de agir da maneira mais apropriada. As revoluções coloridas desorientam a ação da polícia e as Forças Armadas porque suas manifestações são propositalmente estruturadas para parecer imprevisíveis, e as guerras não convencionais por sua própria natureza, são dotadas dessa qualidade (Korybko, 2018, p. 31).

Por fim, outro pensamento que também é crucial para a compreensão de como se desenvolvem as Guerras Híbridas é a teoria de dominação de espectro total. Ela tem como mantra o uso da persuasão e é construída a partir de campanhas de informações dirigidas, propagando-se através de insinuações e alusões contra o alvo adversário. A partir dessa campanha de informações, torna-se possível mobilizar sujeitos ao ponto de eles confrontarem o Estado inimigo e tentarem derrotá-lo.

AS POLÍTICAS CONTENCIOSAS NA TORMENTA

A Geografia assiste à transformação de uma parte das políticas contenciosas mediadas pelo uso estratégico da circulação de informações, capazes de influenciar na natureza dos comportamentos conflituosos. Como indissociabilidade e necessidade, o ímpeto dos sujeitos nas redes sociais provoca os apetites geográficos porque confere maior dinamismo às interações, mudança igualmente sentida nas políticas contenciosas territoriais.

Há pouco mais de um século tomávamos conhecimento das disputas políticas por meio de vias de circulação assíncronas, as mesmas outrora empregadas na difusão de políticas contenciosas (Castells, 2000, 2003, 2012; Tilly; Wood, 2010). As transformações decorrentes do advento de novos meios de circulação conceberam ao cenário político novas potencialidades de atuação e disputa, bem como conectividades entre escalas e lugares (Santos, 2008; Castells, 2012) e/ou *convergence spaces* (Cumbers; Routledge, 2008; Sobreiro Filho, 2016). Mudanças engendradas pelo capitalismo foram, aos poucos e até de modo precário, sendo subvertidas e inseridas nos repertórios, nas gramáticas e nas linguagens de ações coletivas (Harvey, 1996; Maricato et al., 2013; Tilly; Wood, 2010). Cartas, jornais, rádios, televisores, computadores, smartphones, carros, barcos, aviões etc. foram e têm sido meios cada vez mais apropriados e racionalizados pelos movimentos socioterritoriais (Cumbers; Routledge, 2008; Sobreiro Filho, 2016).

Atualmente, sobretudo por meio dos dispositivos inteligentes e locativos (Santaella, 2008), o mundo tem visto a escalada do uso das mídias sociais nas práticas contenciosas. Às vistas, a disputa pela opinião pública tomou conta das redes sociais, evidenciando uma enorme capacidade de interação e massificação das disputas políticas. Curtidas, compartilhamentos, postagens, comentários, *retweets*, *hashtags* etc. rapidamente ganharam relevância no cenário político: termômetros distintos.

Entre a matemática política e a utopia da democracia nas redes, "massas politizadas" povoaram as interações com seus valores e interesses. Diante disso, tem sido cada vez mais necessário se questionar sobre o tipo de ação, movimentos/organizações, pautas, campanhas etc. que utilizam tais vias de circulação de informações de forma contra-hegemônica ou hegemônica. Acredita-se que as manifestações das "Jornadas de junho e julho de 2013" testemunharam a complexidade da utilização das redes sociais virtuais no cenário político, cuja importância fora pioneira. As Figuras 1 e 2 sistematizam as manifestações organizadas por meio do Facebook no contexto das Jornadas que foram iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Outro exemplo curioso sobre a importância das redes sociais na articulação de manifestações, socialização política e capacidade de ameaçar interesses hegemônicos e territórios foi a própria difusão do movimento egípcio *Kefaya* em 2011, que contou com protagonistas estrangeiros na difusão de informações durante o momento em que o governo buscou suspender o acesso à Internet na revolta popular da Primavera Árabe (Figura 3).

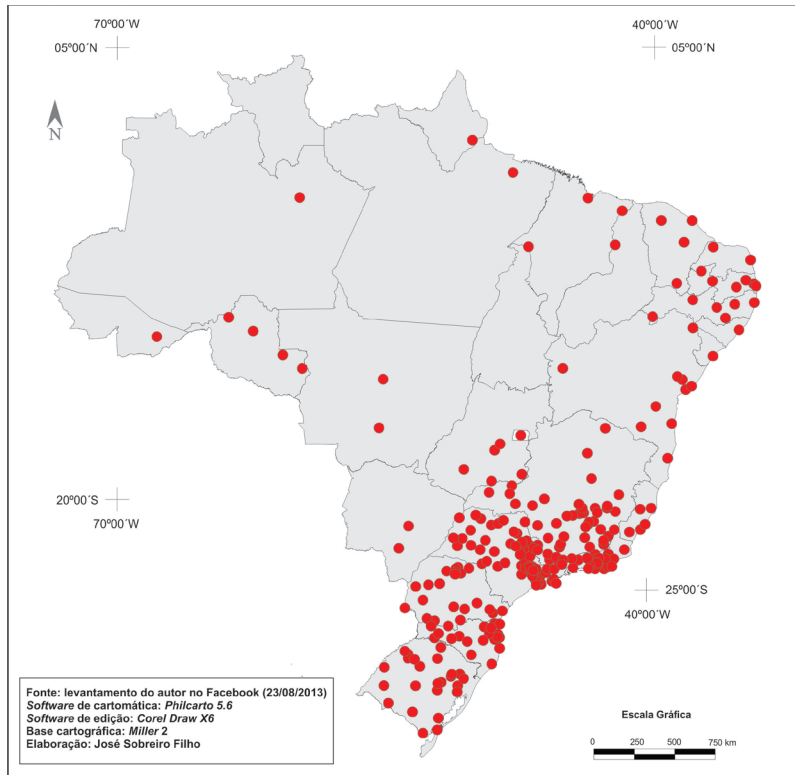


Figura 1 – Jornadas de junho e julho de 2013 – Manifestações organizadas no Brasil.
Fonte: Elaborada pelo autor José Sobreiro Filho (2013).

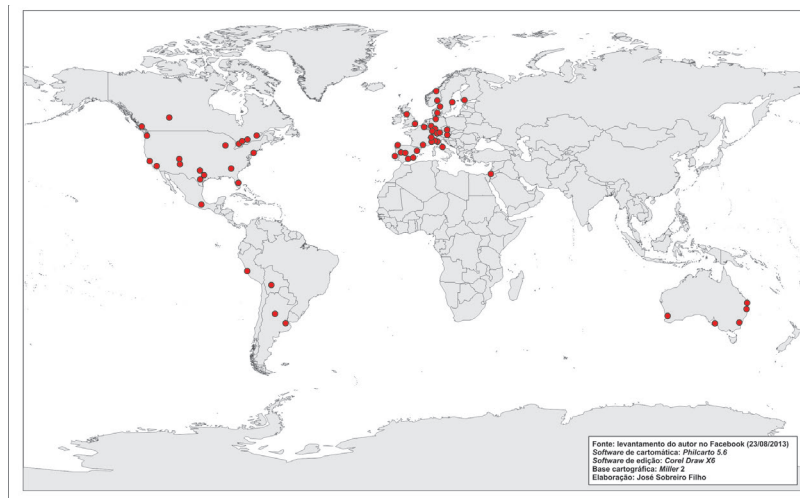


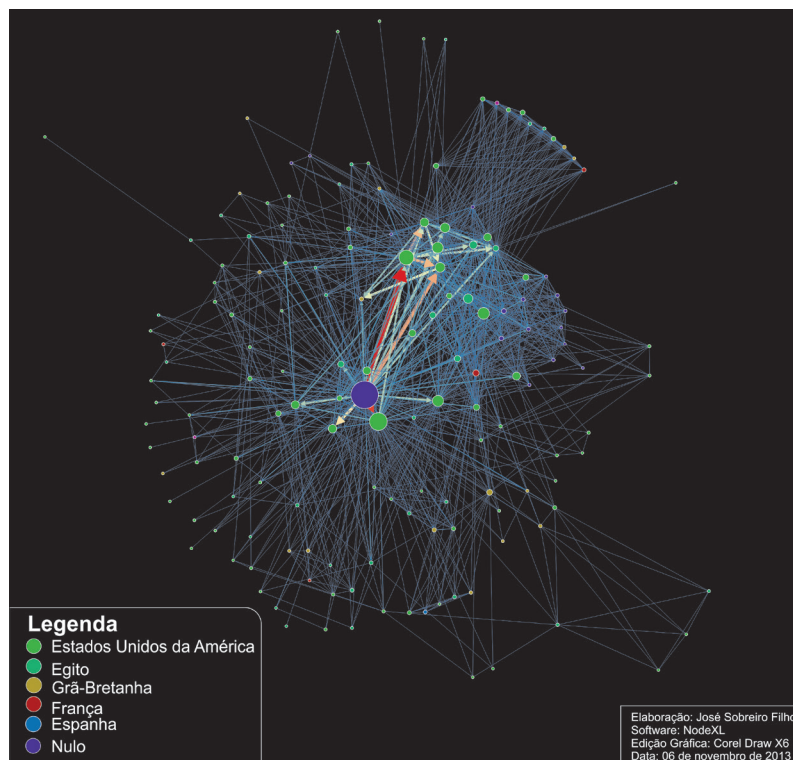
Figura 2 – Jornadas de junho e julho de 2013 – Manifestações organizadas no Mundo.
Fonte: Elaborada pelo autor José Sobreiro Filho (2013).

Casos famosos como *Occupy Wall Street*, M15M e as revoltas no Chile, na Islândia, Itália, França, nos Estados Unidos e na Inglaterra também apresentaram relações relevantes com as redes sociais virtuais. São relações interessadas e interessantes para diversos sujeitos e de diferentes modos. Essa realidade nos convida ao entendimento não somente do conflito enquanto um atributo do espaço, mas também como uma qualidade irrevogável das relações e faculdades humanas e que é capaz de assimilar e povoar os construtos relacionais. Seja nos lugares, nas redes globais ou nas disputas por imaginários, tomadas de decisões e comportamentos políticos.

No novo modelo de guerra, lutam também as políticas contenciosas, algumas vezes contra o imperialismo, ou neoliberalismo, pela democracia e

Figura 3 – Movimento Kefaya, ações de 2011 difundidas pelo Facebook.

Fonte: Elaborada pelo autor José Sobreiro Filho (2013).



outras formas de opressão ao seu modo. Nas redes, a política contenciosa se expressa na qualidade da informação, nas intencionalidades, mas também na *práxis*. Nota-se a existência de manifestações políticas com perfis diferentes no meio do “caos” direcionado. Não é somente relevante considerar como cada sujeito cumpre funções diferentes nesse processo, mas também a função de cada uma das redes nas ações e no modo como são produzidas as informações.

O modo do uso das redes pressupõe uma combinação a partir de suas diversas potencialidades. No Brasil, por exemplo, o Facebook se destaca pelo seu caráter interativo mais amplo e de socialização política, em que os sujeitos buscam construir ações e grupos, definem pautas, rotas etc., mas sobretudo conteúdos diários e as participações em lutas e momentos de construção. No Twitter há um caráter de instantaneidade relevante para os momentos durante os atos ou de maior intensidade nos debates e socialização política. Além do Youtube, que é a rede mais apropriada para vídeos, ainda há difusão de vídeo em outras (Instagram), que, de um modo geral, permitem que os sujeitos narrem e exponham a própria leitura com potencial de edição desde suas intenções. As *hashtags* que envolvem as interações nos permitem ir para além dos vínculos lineares, identificando pensamentos que compartilham dos mesmos ideais mesmo de modo não linear.

A difusão de informações permite que os movimentos também mensurem suas forças e recursos antes, durante e depois de atos, reuniões, encontros, campanhas etc., tratando-se da produção de informações relevantes e inovadoras. A produção massiva de vídeos, fotos e transmissões em tempo real é fato inovador nessa dinâmica que passa a evidenciar que os manifestantes também criam informações para denunciar e alimentar suas narrativas, antes monopolizada, em sua maioria, pelas hegemônias. O mercado dos *smartphones* e a Internet banda larga, 4G e 5G, permitiram a subversão do panóptico nas manifestações, por exemplo, apresentando com imagens detalhes sobre as narrativas e os dramas. Em outras palavras,

romperam o hiato entre manifestantes e produtores de informações, assim como entre a escalas local e global, passando a assumir o protagonismo enquanto ator/sujeito, fotógrafo, cinegrafista etc. de acordo com a sua postura político-ideológica e com o ângulo escolhido.

As informações produzidas são de diferentes temas, fatos e processos do cotidiano e das agendas contenciosas. Uma manifestação, uma campanha, um símbolo, um adversário, uma notícia etc. são exemplos dos conteúdos que povoam as informações para fins contenciosos. Seja na forma de ativismo ou de movimentos sociais, o conflito tem se expressado nestas relações nem sempre orientadas simplesmente pelo próprio espaço, mas que, sem dúvidas, revelam que os territórios e suas relações estão em disputa. Porém, não somente os territórios dos Estados-Nação nas redes, mas também lugares, regiões e territórios do cotidiano para diferentes gêneros, classes, etnias-raças, hemisférios, saberes etc.

Significa que, muitas vezes, disputar um território relacional tem sido sinônimo de lutar pelo território do Estado Nação e vice-versa. Por exemplo, as interações de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, A Via Campesina e Mídia NINJA, entre outros, os eventos e as teias imensas de comentários são ingredientes de extrema relevância científica a serem explorados no âmbito das análises netnográficas e webmétricas já promovidas por Kozinets (2002) Recuero (2004), por apresentarem elementos curiosos relacionados à disputa e socialização política. As reflexões de Harvey (2014) reincidentem em conteúdos atrelados à crítica da acumulação pela espoliação, à racionalidade neoliberal e à crítica ao imperialismo, elementos representativos destas agendas.

Todavia, ainda tratamos de movimentos que buscam ter forte lastro na realidade, em que temas que os povoam derivam das condições materiais de existência, disputa e cujas organizações não estão profundamente entregues aos veículos mercadológicos de circulação de informações. Movimentos que, em seu jogo duplo, habilmente se protegem para não entregarem a totalidade de seus rastros políticos às empresas que detêm, em muitos lugares, quase a hegemonia da circulação de informações, como a empresa Meta (*Facebook, Instagram, Messenger, WhatsApp* etc.).

Seu “notório saber” sobre a indissociabilidade entre informação e território deriva do fato do seu modo de vida territorial ser uma “profissão de risco” que teme as desconexões, redirecionamentos, seleções etc. Ao remontarmos às últimas quatro décadas de luta e resistência territorial na América Latina, encontraremos as ações do MST, no Brasil desde 1979/1984 (Fernandes, 2000); o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), no México em 1994 (Ornelas, 2005); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1991 (Foschiera, 2009); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 1997; o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), na Argentina (Michi, 2010; Sobreiro Filho, 2016); as organizações Mapuches, na década de 90 no Chile (Aylwin, 2000); os Pachakiti e os Cocaleiros, na Bolívia (Gutierrez; Lorini, 2007); a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE) (Deere; Leon, 2002); a Confederação Bolivariana Indígena da Venezuela e a revolução bolivariana na Venezuela de Hugo Chávez (Vanden, 2009). A maioria delas se difundiram e passaram a ser disputadas ou vinculadas a temas recorrentes na Internet: território e identitário, direitos tradicionais e humanos, preservação do meio ambiente e desenvolvimento, democratização e acesso à água e alimentos, gênero, raça-etnia etc. (Fernandes, 2000; Domingues, 2007; Quijano, 2004, 2006; Zibechi, 2003). São exemplos das subversões das ferramentas mercadológicas em um ambiente não pensado para o conflito.

AS ANÁLISES SOBRE O CONFLITO EM TRANSFORMAÇÃO

A relevância dos estudos de movimentos sociais se expressa na ampla diversidade de análises compartilhadas por diferentes Ciências Humanas.

Gohn (1982, 2009a, 2009b, 2010), após realizar rigorosa sistematização, análise e comparação entre estudos oriundos de literaturas de distintos continentes e escolas, identificou a existência não de uma única definição conceitual e sistema teórico-explicativo, mas de diferentes paradigmas, teorias e correntes, entre elas as teorias clássicas sobre as referências analíticas psicossociais comportamentais; a análise das ações coletivas; a teoria da mobilização de recursos; a teoria da mobilização política; o Paradigma Norte-Americano; o Paradigma dos Novos Movimentos Sociais; o Paradigma Marxista; e a perspectiva latino-americana.

A multiplicidade de leituras sobre os movimentos sociais evidencia a diversidade conceitual e suas distintas composicionalidades e intencionalidades (Fernandes, 2005), bem como as especificidades epistemológicas. Atributos e instrumentos teóricos, analíticos e metodológicos são acionados levando em conta diferentes especificidades. Gohn (2009) não somente os define como expressões de ações coletivas de caráter social, político, econômico ou cultural:

Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (Gohn, 2009, p. 14).

A autora ainda os compreende como fenômenos históricos capazes de conferir destaque a determinados eventos e períodos. São sujeitos transformadores e transformados por questões estruturais e conjunturais, com práticas comunicativas relevantes. Apresentam caráter fluído e se envolvem com diferentes processos sociais ao passo em que desenvolvem suas conectividades temporo-espaciais. Não obstante, Melucci (2001) entende os movimentos sociais como sistemas de ações e redes relacionais complexas que têm suas identidades coletivas como produto das relações construídas por e entre atores internos e externos. Movimentos sociais são entendidos como fenômenos heterogêneos e fragmentados, mas também podem ser analisados pelos respectivos aspectos históricos e conjunturais, bem como por elementos pertinentes ao próprio trato histórico da análise, conforme também destacam Tilly e Wood (2010).

Touraine encarna a diversidade de elementos relacionados à "autoprodução conflitiva" e que, portanto, compreende o quadro daquilo entendido como Sociologia da ação (Touraine, 1969). Trabalha fundamentalmente com os conceitos de "ação coletiva" e luta de classes, embora defenda que o conceito de movimento social deva, em algum momento, substituir o de classe social com o fito de destacar a centralidade dos movimentos na dinâmica social contemporânea. Nesta seara, compreende que classe e movimento social não são separáveis, mas que a classe é uma situação e o movimento social uma ação, bem como este último experiencia e realiza a consciência social de classe engendrada pelos movimentos sempre presentes (Touraine, 1994).

Nota-se a existência de uma multiplicidade conceitual no âmbito das demais ciências humanas. A contribuição da Geografia brasileira na análise dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais é mais recente, e a Geografia anglófona também se destaca. Parte dos autores realizam seus debates sob os auspícios do instrumental teórico-analítico sobre *contentious politics*, que, por sua vez, é entendido como fenômenos em resposta às mudanças nas oportunidades políticas e que podem ser expressos em distintas formas organizativas e de ação (Tarrow, 2011). Estes construtos organizacionais e as formas de ação são oriundas da combinação entre "*counterhegemonic social and political action*".

Leitner, Sheppard e Sziarto (2008) evidenciam os diferentes sujeitos no debate geográfico. Além do lastro espacial explorado por Leitner, Nicholls (2007, 2009) destaca-se a espacialidade dos confrontos políticos, como no caso das “*multivalent and co-implicated spatialities*” que contribuem para o entendimento sobre o modo como diferentes espacialidades se consubstanciam nas respectivas construções dos movimentos sociais. *Multi-scalar strategies, scalar strategies e scale frames* têm sido, por exemplo, formas com as quais os movimentos têm buscado construir, alcançar e se engajar em outras escalas. No caso da *socio-spatial positionality* busca-se compreender as diferenças internas nas redes, especialmente no que se refere à resiliência das relações desiguais de poder e suas potencialidades, sendo compreendidas por identidades (classe, raça, gênero, etnia etc.), crenças e imaginários, experiências, perspectivas etc., para a construção de negociações que culminem no que se entende por *common agendas* (Nicholls, 2009).

Routledge (2003) destaca o engajamento em “*multi-scalar political actions*” e “*multi-scalar terrains*” ao analisar as “*grassroots globalization networks*”, desvelando a relevância das experiências em protestos organizados através de redes em decorrência do avanço da globalização das ações neoliberais. Comunicação, solidariedade, apoio mútuo e a “*production, exchange and use of information*” são relevantes na análise das “*grassroots networks of resistance*” (Routledge, 2003, p. 335). Os lugares emergem como “*terrains of resistance*” (Routledge, 1992) descortinando distintos repertórios, *sense of place* e linguagens de confrontos políticos ao passo em que se analisa também as relações internas às próprias redes contra-hegemônicas, evidenciando contradições e avanços de redes globais, ou seja, a geopolítica das “*grassroots networks*”.

A Geografia brasileira dedicou-se também aos estudos de movimentos sociais em diferentes espaços. Ao remontarmos ao pensamento geográfico brasileiro, encontraremos autores como Andrade (1986) e Josué de Castro (1967), que foram pioneiros no estudo das Ligas Camponesas. Obviamente que o cenário mudou significativamente com a formação da Geografia Crítica, que permitiu que novos autores de diferentes Ciências se comunicassem melhor com essa Geografia: José de Sousa Martins, Henri Lefebvre, Ana Clara Torres Ribeiro, Jean Lojkine, Maria da Glória Gohn, Manuel Castells etc.

Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) sintetizam um conjunto de referências relevantes na Geografia: Satiê Mizubuti, ao analisar bairros e favelas enquanto subespaços onde se realiza a reprodução do proletariado (Mizubuti, 1986); a contribuição de Marcelo Lopes de Souza nas reflexões sobre ativismo urbano e a inseparabilidade entre espaço e sociedade (Souza, 1988); José Borzacchiello da Silva analisando os registros espaciais produzidos na relação povo-poder (Silva, 1992); Ruy Moreira (1984) no dom da Geografia para desvendar máscaras sociais; Ariovaldo Umbelino de Oliveira ao realizar um quadro amplo sobre as lutas no campo (Oliveira, 1988); Bernardo Mançano Fernandes pelos estudos da espacialização, territorialização e contribuição à construção dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2000); Antonio Thomaz Junior com as análises dos movimentos sindicais (Thomaz Junior, 2002); e a contribuição de Renato Emerson dos Santos no tocante à Geografia dos movimentos sociais e à geografia das lutas sociais (Santos, 2006).

Nem todas as contribuições tiveram como objetivo a construção de conceituações geográficas, sendo Fernandes (2000), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) autores dedicados às construções conceituais entorno dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, porque, nas palavras de Fernandes (2005, p. 30):

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos.

Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos.

Doutro lado, nota-se uma proposta orientadora ao estudo teórico, analítico e metodológico para a Geografia e demais Ciências Humanas:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (Fernandes, 2005, p. 31).

A imprescindibilidade do debate geográfico, fortemente amparado em suas categorias analíticas, se verte no entendimento de que os movimentos são produtores, consumidores e transformadores de espaços geográficos (Sobreiro Filho, 2016). No entanto, há uma diferença substancial nesse processo, uma vez que em alguns movimentos têm no início, meio ou finalidade de sua existência a prática política, as relações territoriais em que cada vez mais as formas de comunicação e produção de informação têm se modificado e arrefecido suas dinâmicas.

O(s) território(s) enquanto objetivo, conquista, resistência, disputa, relação de poder, multidimensionalidade e/ou trunfo conformam a essência de determinadas ações coletivas e são crescentemente atravessados por esses processos conectivos, potencializando as ações dos movimentos socioterritoriais. Embora tenhamos sintetizado alguns debates teóricos basilares, ainda é fundamental avançar na reflexão teórica sobre esse processo que demanda revisões teórico-conceituais e apropriação metodológica para o respectivo entendimento. Isso decorre da necessidade em desconstruir os mitos e distopias dos "territórios do cyberspaço" em detrimento dos territórios e suas totalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o papel das Guerras Híbridas no contexto geopolítico, uma afirmação possível é que ela é uma realidade que vem sendo aplicada de forma cada vez mais afinada a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação. Compreendê-las é o desafio do nosso tempo e um modo de entender como chegamos ao atual estágio das guerras de quarta geração. No Brasil e no mundo, como afirma Leirner (2020, p. 15), cumprimos as profecias de Michel Foucault: "[...] saímos da ordem do mito, do discurso e entramos na ordem da história, da dolorosa práxis; experimentamos como laboratório as conspirações digitais, a sociedade da vigilância e de controle, a chamada guerra híbrida".

Reafirma-se aqui também o pensamento de Castells (2012) quando ele afirma que, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a popularização da Internet, os novos meios de circulação permitiram ao cenário político novas potencialidades de atuação e disputa, da mesma forma que outro tipo de relação entre escalas e lugares. Mas não foi somente nas formas de atuação do imperialismo que as transformações na circulação de informações causaram mudanças; causaram também uma

reação de subversão através das políticas contenciosas que tendem a fazer parte de ações contra as Guerras Híbridas, embora, em alguns casos, compartilhem adversários.

Outro ponto relevante é que esta alteração na difusão da informação também muda a natureza comunicacional dos movimentos e coloca outros desafios. Estes que, historicamente, foram referências em levar as lutas para as ruas e, à medida que as revoluções coloridas avançam, passam por uma nova necessidade, que é subverter a lógica do desenvolvimento da Internet. Em especial, das redes sociais como território de disputa ideológica para a conquista e resistência da realidade, do cotidiano, da palavra e voz, da história e do futuro. Para estes movimentos, o uso da propaganda enquanto ferramenta de batalha das ideias para a manutenção das políticas imperialistas e neoliberais, que antes era restrito aos meios de comunicação de massa, ganha um novo papel a partir do uso orquestrado das redes sociais para a difusão de informação no processo de disputa geopolítica.

Por fim, a consigna do *chespírito* é representativa de uma capacidade de disputar, propor, lutar e resistir de modo “heroico” e subversivo, mesmo que muitas vezes feito de modo precário. A socialização política envolve ampla produção de informações e difusão de denúncias e críticas, mas também do riso (memes), outros sentimentos e razões. A subversividade povoa diferentes desses interesses no cotidiano, alguns planejados, hierárquicos, autônomos e outros atrapalhados ou caóticos. Artesanal, mambembe, com disputas e contradições internas, sem recursos financeiros etc., mas se trata de uma força subversiva e popular que não pode ser desprezada, especialmente por conta da sua capacidade de produção e difusão.

COLABORAÇÃO

E. F. O. Lima e J. Sobreiro Filho promoveram o debate teórico e a análise sobre as diferentes formas de disputa, a dinâmica dos movimentos sociais e outras formas de políticas contenciosas. A análise, captação e representação foram resultados dos trabalhos destes pesquisadores com as contribuições de D. C. C. Couto, autora que agregou no entendimento da dinâmica de dados nas redes e nos bancos de dados.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. C. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- Aylwin, J. Los conflictos en el territorio mapuche: antecedentes y perspectivas. *Revista Perspectivas*, v. 3, p. 277-300, 2000.
- Brzezinski, Z. *The Grand Chessboard: American Primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997
- Castells, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Castells, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Castells, M. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- Castro, J. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- Clausewitz, C. V. *Da Guerra*. Princeton: University of Princeton Press, 2018.
- Cumbers, A.; Routledge, P. The entangled geographies of global justice networks. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 183, p. 183-201, 2008.

Deere, C. D.; Leon, M. *Género, propiedad y empoderamiento: tierra, estado y mercado en América Latina*. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

Domingues, J. M. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 2, p. 1-12, 2007.

Fernandes, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Fernandes, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatório Social de América Latina*, ano 6, n. 16, p. 273-284, 2005.

Foschiera, A. A. *Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil*. 2009. Tese. 344 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

Gohn, M. G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

Gohn, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

Gohn, M. G. *Novas Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

Gohn, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

Gutierrez, C. J.; Lorini, I. A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. *Novos Estudos: CEBRAP*, v. 77, p. 49-70, 2007.

Hammes, T. X. Fourth Generation Warfare Evolve. *FIFTH EMERGES*, 2016. Disponível em: <http://www.da-ic.org/5gen/2016/08/25/colonel-thomas-x-hammes-fourthgeneration-warfare-evolves-fifth-emerges/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

Harvey, D. *Justice, nature, and geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Korybko, A. *Guerras Híbridas: a abordagem indireta com vistas à troca de regime*. Moscou: People’s Friendship University of Russia, 2015.

Korybko, A. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018

Kozinets, R. V. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. *Journal of Marketing Research*, v. 39. n. 1, p. 61-72, 2002.

Leitner, H.; Sheppard, E.; Sziarto, K. The spatialities of contentious politics. *Transactions of the institute of British Geographers*, v. 33, n. 2, p. 157-172, 2008.

Leirner, P. C. *O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

Lind, W. S. et al. The changing face of war: into the fourth generation. *Marine Corps Gazette*, v. 73, p. 22-26, 1989.

Mackinder, H. The Geographical Pivot of History. *The Royal Geographical Society*, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004.

Mahan, A. T. *The influence of Sea Power upon History: 1660-1783*. Boston: University Press, 1890.

Mann, S. *Chaos Theory and Strategic Thought*. [S.l.:s.n.], 1992. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA528321.pdf>

Maricato, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Melucci, A. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

Michi, N. *Movimientos campesinos y educación: estudio sobre el Movimiento de trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil y el Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE-VC*. Buenos Aires: Editorial El Coletivo, 2010

Moreira, R. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

Monteiro, N. S. Guerras de quarta geração. *Revista Militar*, n. 2591, p. 1001-1014, 2017. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1288>. Acesso em: 1 ago. 2021

Mizubuti, S. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1986. Tese. 291 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

Nicholls, W. Place, networks, space: theorising the geographies of social movements. *Transactions of the institute of British Geographers*, v. 34, n. 1, p. 78-93, 2009.

Nicholls, W. The geographies of social movements. *Geography Compass*, v. 1, n. 3, p. 607-622, 2007.

Oliveira, A. U. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.

Ornelas, R. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: Ceceña, A. E. (org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 129-167.

Passos, R. D. F. *Clausewitz e a política: uma leitura da Guerra*. 2005. Tese. 122 folhas. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

Pedon, N. R. *Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. 2009. Tese. 240 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

Quijano, A. El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? *Journal of Iberian and Latin American Research*, v. 10, n. 2, p. 173-196, 2004.

Quijano, A. Estado-nación y “movimientos indígenas en la región Andina: cuestiones abiertas. *Analisis*, n. 19, 2006.

Recuero, R. C. Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII INTERCOM, 4., 2004, Porto Alegre. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2004. p. 1-15, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121985795651418859729998795470196200751.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

Routledge, P. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. *Royal Geographical Society*, v. 28, n. 3, p. 333-349, 2003.

Routledge, P. Putting politics in its place: Balipal, India, as a terrain of resistance. *Political Geography*, v. 11, n. 6, p. 588-611, 1992.

Santaella, L. Mídias locativas: a Internet móvel de lugares e coisas. *Revista FAMECOS*, v. 15, n. 35, p. 95-101, 2008.

Santos, M. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Santos, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo. Record. 2001.

Santos, R. E. *Agendas e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-vestibular para negros e carentes*. 2006. Tese. 607 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Silva, J. B. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multiraf, 1992.

Sobreiro Filho, J. *Contribuição à construção de uma Teoria Geográfica sobre movimentos socioespaciais e Contentious Politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina*. 2016. Tese. 440 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016

Souza, M. J. L. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. 1988. Dissertação. 241 f. (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

Tarrow, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Thomaz Junior, A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista*. São Paulo: Annablume, 2002.

Tilly, C.; Wood, L. J. *Los movimientos sociales, 1768-2008*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.

Touraine, A. A. *Sociologia de la Acción*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

Touraine, A. *Crítica de la Modernidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Tzu, S. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Record, 2006.

Vanden, H. E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. *Revista NERA*, n. 14, p. 67-71, 2009.

Warden, C. J. "The Enemy as a System". *Airpower Journal*, v. 9, p. 41-55, 1995.

Zibechi, R. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. *OSAL: Observatorio de América Latina*, n. 9, p. 185-188, 2003.